

"Desafio será o combate às fake news"

Na sua opinião, qual o propósito de grupos que tentam desmoralizar as urnas eletrônicas?

Eu penso que pode ser um propósito político, de disputa política. Porque, do ponto de vista do funcionamento da nossa justiça eleitoral, não vejo motivo para essa crise. Acho que só o aspecto político pode levar a críticas tão ácidas, eu diria, a um processo que não só é reconhecido pelo nosso eleitor, como por vários países do mundo. Acho que, nós brasileiros, já nos acostumamos com o voto eletrônico. Na minha opinião, não tem retorno.

Tanto que, quando o presidente Bolsonaro chamou os embaixadores para criticar o sistema eletrônico brasileiro, não recebeu apoio de nenhum país...

Estranho porque, internamente, há uma crítica à urna e, externamente, um reconhecimento de que o sistema é bom, de que é modelo. É um processo que até contrariou a nossa tradição de fraude em eleições porque, nas nossas eleições da República Velha, tínhamos um histórico muito ruim de eleições fraudadas. O processo eletrônico acabou com isso. E a rapidez na apuração é sensacional.

Voltaram a circular algumas fake news sobre fraudes em urnas. O senhor acha que essas coisas tornam a eleição mais perigosa?

O nosso desafio nas eleições será o combate às fake news. Essas mentiras, essas invenções que são criadas e que podem atrapalhar o processo eleitoral. Mas tenho muita confiança na atuação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O tribunal está acostumado, tem uma tradição muito boa com eleições e está se preparando para o combate às fake news. Isso não é uma coisa fácil. É difícil o controle, porque as coisas se espalham. São como aqueles boatos que aconteciam no passado. Tínhamos aqueles boatos de natureza econômica, quando tínhamos os planos econômicos, a inflação muito elevada e, na sexta-feira, surgia um boato, as pessoas começavam a sacar dinheiro, a mudar a aplicação. Mas os boatos potencializam mentiras e desinformação. A grande luta do nosso processo eleitoral será contra a desinformação. Nosso eleitor precisa ficar atento, precisa perceber essas situações. O eleitor tem de ter uma conduta defensiva, ler as mensagens antes de remetê-las.

E se informar nos veículos tradicionais...

Nesse ponto, a mídia tradicional e os próprios tribunais eleitorais são instituições que conferem uma legitimidade, uma credibilidade ao processo. A imprensa confere e checka a informação antes de publicar. Nas redes sociais, é diferente, porque as pessoas jogam qualquer fato. Nesse ponto, o papel da mídia tradicional nas eleições será muito importante. Porque será uma eleição trabalhosa, muito polarizada, uma eleição que vai exigir muito trabalho.

O senhor citou a Lei da Ficha Limpa como uma iniciativa popular. Mas agora vemos a volta de muitos que foram condenados. Estamos vivendo um recuo na Lei da Ficha Limpa?

A Lei da Ficha Limpa trouxe boas novidades, algumas restrições do ponto de vista ético para a participação nas eleições. Teve, realmente, uma importância grande. Mas existe um impedimento em razão da improbidade administrativa. Agora, há uma discussão se a nova lei se aplica sobre os processos em curso. A nossa tradição do sistema jurídico é o seguinte: na lei penal, não (se) retroage para prejudicar os réus, só (se) retroage em benefício do réu. A novidade é se, na improbidade administrativa, também se aplica essa regra. E há uma discussão, porque a pena não é de natureza penal, mas alguns justificam que ela tem essa natureza. E o Supremo (Tribunal Federal) vai julgar a matéria. Como existem alguns processos em andamento, os tribunais têm concedido o direito para esses candidatos participarem.

Os tribunais superiores. O TJDFt também?

Aqui, o tribunal não permitiu. O tribunal mantém o entendimento de que a lei não tem natureza penal e, portanto, não se aplica aos casos em andamento.

O Congresso, com tantos políticos investigados, aprovou uma nova lei de improbidade, mais amena, para se beneficiar?

Essa discussão é antiga. Tem bastante tempo que se discute isso. O momento do Congresso é da escolha deles. É difícil fazer essa avaliação. Mas o Congresso acabou por dar outro entendimento quanto à natureza da improbidade administrativa. A nova lei exige uma conduta dolosa que é difícil de ser demonstrada.

O Tribunal de Justiça do DF é rápido para julgar?

Sim. Veja que essas ações de improbidade foram todas julgadas aqui. Essa é uma das metas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). E, a meta de julgar 80% ou 90% dos processos com mais de três anos,

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A.Press



A urna é um instrumento que deve ser um orgulho para o nosso país. É um sistema organizado, que funciona"



A grande luta do nosso processo eleitoral será contra a desinformação. Nosso eleitor precisa ficar atento, precisa perceber essas situações. O eleitor tem de ter uma conduta defensiva, ler as mensagens antes de remetê-las"



O nosso desafio nas eleições será o combate às fake news. Essas mentiras, essas invenções que são criadas e que podem atrapalhar o processo eleitoral"

nós temos cumprido também. O nosso tribunal está cumprindo as metas. O desafio, hoje, é manter esse padrão elevado.

O senhor se considerou suspeito para julgar o recurso do ex-governador José Roberto Arruda em que ele pedia a suspensão dos efeitos da condenação por improbidade para poder concorrer nas eleições. Pode dizer o motivo?

Foi por conta de referências que foram feitas naquela Operação Caixa de Pandora a quatro desembargadores. Eu me considerei suspeito nos julgamentos à época e, como esse julgamento é decorrente daquela operação, eu entendi que não poderia julgar. Eu já tinha afirmado suspeição. Agora, por isso, não poderia fazer um julgamento, seja em benefício ou contrário a uma das partes.

Falando das metas do Judiciário, o TJDFt precisa de mais juízes e desembargadores?

Nós sempre temos deficiência de magistrados e servidores. Isso é comum. Se formos ver do ponto de vista ideal, do número de processos para um juiz e um

desembargador, nós recebemos um número muito elevado. Agora, hoje, os nossos recursos não nos permitem um aumento de magistrados. Estamos tentando, mas, hoje, temos um teto de gastos. E qual é a solução? Cumprir a Constituição. Se pudessemos aumentar, seria ideal, porque a distribuição, hoje, é desumana. Eu sempre tive o hábito de levar processos para casa.

Os mais complexos sempre iam para casa.

No fim de semana, feriado, sempre tirava um tempinho para cuidar desses processos. Mas eu escolhia os processos que levaria. Hoje, é diferente. Os processos me acompanham para casa todos os dias.

O processo de judicialização levou o Judiciário para os holofotes. Nessa semana, o presidente conclamou o país a uma manifestação contra o Judiciário no 7 de Setembro. Como o senhor enxerga isso?

O protagonismo do Judiciário é algo que vem do acesso ao Judiciário. Mas veja que o Judiciário sempre é provocado. Esse aspecto é político. O direito de

manifestação está assegurado na Constituição, com limites. Penso que a sociedade tem direito a isso, como tem direito à democracia, como tem direito a uma mídia livre, tem direito de não ter censura.

Mas quem tem a palavra final?

O Supremo tem a palavra final. Ele é o intérprete da Constituição e é quem mais garante a Constituição. Evidente que existe o equilíbrio entre os Poderes, mas precisa haver um relacionamento de convivência. Os Poderes não podem ser intolerantes.

O senhor teme que a polarização na campanha presidencial leve à violência em Brasília?

Eu acredito que não haverá. O processo político é de disputa. Quem conhece de perto sabe como é conflituoso. Mas nossas instituições estão muito amadurecidas. Nós estamos, hoje, no maior período de estabilidade democrática da história da nossa República. De 1985 até agora, há uma naturalidade no nosso processo democrático. O eleitor é chamado para decidir. Então, ele decide com relação à

alternância no poder. Esse eleitor é quem detém a decisão. Ele escolheu, elegeu, assume (o mais votado). Parece-me que teremos um processo de normalidade. Eu considero mais essas declarações de natureza política, mas o processo vai ocorrer naturalmente.

O que o senhor faz para relaxar?

Gosto de música, futebol, de estar na área rural, ir ao clube. Gostava de tênis e jogava muita peteca. Mas, na pandemia, parei. Hoje, fico nas caminhadas. Mas gosto de assistir futebol. Sou torcedor do Botafogo.

Como o tribunal enfrentou a pandemia?

Muitos servidores tiveram sequelas. Ainda estamos avaliando. As várias situações que a pessoa vive depois de ter a covid-19 deixam impressão que são decorrentes da doença. Em algumas situações, são mesmo. São pessoas que ficaram depressivas ou que começaram a ter dores no corpo ou perdem o cabelo. São situações que ainda estão sendo investigadas. Não podemos ainda ter certeza. Tenho a impressão de que, daqui para frente, vamos encontrar muitas situações.

E o tribunal perdeu um desembargador...

Pois é. Perdemos um desembargador (George Lopes Leite) com a esposa (Jacira Santos de Queiroz Leite), juízes. A pandemia nos trouxe muitas perdas, apesar do cuidado que tivemos com o nosso setor médico acompanhando todos os casos.

Há algum concurso previsto?

Temos alguns cargos de juízes com expectativa de fazer concurso. Ainda estamos ajustando questões de recursos, mas nosso planejamento é fazer um concurso com entre 20 e 30 vagas. Gostaria de começar neste segundo semestre. Estamos com essa previsão porque os juízes estão muito sobrecarregados. Os desembargadores também. Mas, para os juízes, seria mais fácil, porque já temos os cargos criados e poderíamos usar o nosso orçamento.

Como está a representatividade das mulheres no tribunal?

Temos um concurso em que, há alguns anos, prevalece a maioria de mulheres. As mulheres têm escolhido a magistratura e elas se dedicam muito, realmente estabelecem aquilo como um objetivo. E elas têm se destacado. No tribunal, já temos 12 desembargadoras. A proporção não é tão grande quanto no primeiro grau, mas, com o tempo, elas vão ocupar mais espaço. Na administração, estamos com quatro homens. Na passada, era o contrário, havia três mulheres.

Quais são os projetos de destaque no TJDFt?

Na questão penitenciária, por exemplo, temos, hoje, um programa inovador. Os presos em regime aberto são obrigados a se apresentar ao fórum uma vez por mês. Ficava uma fila enorme uma vez por mês, porque eles vão sempre na primeira hora e criavam uma situação de um certo incômodo para todos. Nós, então, desenvolvemos um programa em que, hoje, o preso se apresenta pelo celular. O programa lê a face dele, o GPS acusa onde ele está, e ele tem de estar dentro do Distrito Federal. Esse projeto está sendo muito bem avaliado, outros tribunais estão pedindo. É um projeto nosso, a nossa TI (o setor de tecnologia da informação) desenvolveu. Somos um tribunal inovador.

Que inovações adotadas na pandemia vieram para ficar na Corte?

São modos de trabalho diferentes e que vieram para ficar. A possibilidade de julgamento por videoconferência, o programa 4.0, um processo digital que é todo eletrônico. O advogado faz a opção pelo processo eletrônico quando inclui a ação. Será todo eletrônico, do começo ao fim. Se houver necessidade de audiência, também será assim. (Sobre) as precatórias: quando o juiz vai ouvir uma testemunha que está em outro estado, pelo Código de Processo Civil, tem de mandar uma precatória, deprecicar uma intimação para outro colega da vara para ouvir a testemunha. Isso, hoje, acabou. O juiz ouve por videoconferência. Manda uma intimação virtual. No exterior, o instrumento de intimação é a rogatória. A gente mandava para o país, fazia a tradução, enviava, ficava esperando o tribunal marcar uma data, e muitas não voltavam. Agora, o juiz faz rogatória daqui e escuta uma pessoa no Japão. Então, esse processo é irreversível. Nós vamos ter de lidar com a melhor forma de trabalhar com ele e de permitir o acesso. As pessoas têm de ter acesso ao processo na forma virtual. O balcão virtual é outro projeto muito bem-sucedido. Os advogados e as partes consultam os processos pelo balcão virtual. O tribunal, com a pandemia, também teve de se reinventar, como muitas empresas, como muitas pessoas. E se criaram essas ferramentas. Vamos conviver com elas. Nada será como antes.